



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA – IPOL

ENRIQUE JOSE BIYOGO SIMA NCHAMA

OS GOLPES DE ESTADO NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

Uma análise das causas e consequências

Brasília – DF

2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA – IPOL

ENRIQUE JOSE BIYOGO SIMA NCHAMA

OS GOLPES DE ESTADO NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

Uma análise das causas e consequências

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Aninho Mucundramo Irachande.

Brasília – DF

2024

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão significativo da minha vida acadêmica, é com grande gratidão que dedico algumas palavras a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta monografia. A jornada até aqui foi repleta de desafios e aprendizados, e não poderia ter chegado até este ponto sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Aninho Mucundramo Irachande, por sua orientação, paciência e sabedoria ao longo deste processo. Sua dedicação em compartilhar conhecimentos e experiências foi fundamental para que eu pudesse desenvolver este trabalho de forma consistente e embasada. Agradeço também pelas valiosas críticas e sugestões, que enriqueceram a qualidade da minha pesquisa e me incentivaram a buscar sempre a excelência.

Aos meus professores e colegas do curso, sou profundamente grato pelo ambiente estimulante que ajudaram a criar. As discussões em sala de aula, as trocas de ideias e as diversas perspectivas abordadas foram essenciais para o meu crescimento acadêmico. A amizade e o apoio mútuo fizeram toda a diferença, especialmente nos momentos de maior pressão.

Agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo amor, apoio e compreensão. A minha mãe, Micaela Nchama, agradeço por acreditar em mim e por me incentivar a seguir meus sonhos. Sua confiança e encorajamento foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar os desafios dessa jornada com coragem.

Não posso deixar de mencionar meus amigos, que foram uma fonte constante de apoio e inspiração. Agradeço pelas conversas que me fizeram refletir, pelos momentos de descontração que me ajudaram a relaxar e pela companhia nas longas noites de estudo. Cada um de vocês teve um papel especial nesta caminhada e sou grato por ter vocês ao meu lado.

A todos que contribuíram, meu sincero muito obrigado. Este trabalho não é apenas resultado do meu esforço, mas sim de uma rede de apoio e amor que me cercou durante todo esse percurso.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia com todo o meu carinho e gratidão à minha mãe, Micaela Nchama, cuja força e amor incondicional foram a base que sustentou todos os meus sonhos. Sua sabedoria e perseverança sempre me inspiraram a lutar por meus objetivos, e é graças a você que hoje consigo dar mais um passo importante na minha jornada.

Aos meus irmãos, Cindy e Ricardo, agradeço por serem meus companheiros de vida. Cada momento que compartilhamos, cada riso e cada desafio enfrentado juntos moldaram não apenas minha trajetória acadêmica, mas também meu caráter. Vocês são uma parte fundamental da minha história, e a nossa conexão é um verdadeiro tesouro.

Não posso deixar de mencionar meu tio Juan Gabriel, que sempre acreditou em mim e me encorajou a perseguir meus sonhos com coragem e determinação. Sua orientação e apoio foram cruciais nos momentos em que mais precisei.

Por fim, aos meus amigos Marcelo, Josefina e Esmeralda, que estiveram ao meu lado em cada etapa dessa jornada, obrigada por serem fontes de motivação, compreensão e risadas. A amizade de vocês enriqueceu minha vida e fez toda a diferença em minha trajetória.

Essa conquista é de todos nós. Obrigado por fazerem parte dessa caminhada!

RESUMO

Este trabalho é uma revisão bibliográfica que analisa as causas e consequências dos golpes de estado na África no século XXI, com foco em três países: Burkina Faso, Guiné-Bissau e Mali. A metodologia adotada envolve a análise de fontes secundárias, incluindo artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e mídia especializada, permitindo uma compreensão multidimensional dos fatores políticos, sociais e econômicos envolvidos. Os resultados indicam que a frequência dos golpes de estado nestes países está intrinsecamente ligada à instabilidade política, fraquezas institucionais, disputas por recursos e descontentamento social. Em Burkina Faso, a insatisfação com a gestão de ameaças externas e internas tem precipitado intervenções militares. Na Guiné-Bissau, a instabilidade política crônica e a influência de tráficos ilícitos contribuem significativamente para os golpes. Em Mali, os golpes são frequentemente motivados por tensões étnicas e falhas na segurança nacional. Este estudo contribui para o entendimento de como esses fatores se entrelaçam para criar um ambiente propício a golpes de estado, além de discutir as amplas consequências socioeconômicas e políticas desses eventos para as nações afetadas e para a região africana como um todo.

Palavras-chave: Golpe de estado; Instabilidade política; Intervenções militares; Recursos econômicos; Consequências socioeconômicas.

ABSTRACT

This work is a bibliographical review that analyzes the causes and consequences of coups d'état in Africa in the 21st century, focusing on three case studies: Burkina Faso, Guinea-Bissau, and Mali. The methodology adopted involves the analysis of secondary sources, including academic articles, reports from international organizations and specialized media, allowing a multidimensional understanding of the political, social, and economic factors involved. The results indicate that the frequency of coups d'état in these countries is intrinsically linked to political instability, institutional weaknesses, disputes over resources and social discontent. In Burkina Faso, dissatisfaction with the management of external and internal threats has precipitated military interventions. In Guinea-Bissau, chronic political instability and the influence of illicit trafficking contribute significantly to coups. In Mali, coups are often motivated by ethnic tensions and failures in national security. This study contributes to the understanding of how these factors intertwine to create an environment conducive to coups d'état, as well as discussing the broad socioeconomic and political consequences of these events for the affected nations and the African region as a whole.

Keywords: Coup d'état, Political instability; Military interventions; Economic resources; Socioeconomic consequences.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	8
<i>CAPÍTULO 1: CONDIÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS</i>	10
1.1. Estabilidade Governamental e Vulnerabilidade Política	10
1.2. Qualidade das Instituições Democráticas	12
1.3. Influência de Fatores Externos e Intervenções Internacionais	13
<i>CAPÍTULO 2: FATORES SOCIOECONÔMICOS E DE SEGURANÇA</i>	16
2.1. Pobreza, Desigualdade e Instabilidade Política	16
2.2. Desemprego e Descontentamento Social	18
2.3. Recursos Naturais e Conflitos de Segurança	20
<i>CAPÍTULO 3: IMPACTOS DOS GOLPES DE ESTADO</i>	23
3.1. Efeitos Imediatos na Governança	23
3.2. Consequências Econômicas de Golpes de Estado	25
3.3. Impactos na Coesão Social e nas Dinâmicas Internacionais	27
<i>CAPÍTULO 4: GOLPES DE ESTADO NAÁFRICA NO SECÚLO XXI</i>	29
4.1. Tentativas e sucessos	29
4.2. Passado colonial	30
<i>CAPÍTULO 5: CASOS DESTACADOS</i>	33
5.1. Burkina Faso 2022	33
5.2. Guiné-Bissau 2012	36
5.3. Mali 2020	38
<i>CONCLUSÃO</i>	40
<i>REFERÊNCIAS</i>	42

INTRODUÇÃO

Para Dias (2010), a frequência dos golpes de estado na África no século XXI pode ser atribuída a uma combinação complexa de fatores históricos, políticos e socioeconômicos. Muitos países africanos enfrentam desafios significativos de governança, caracterizados por instituições políticas fracas e frequentemente corruptas. Essa instabilidade é exacerbada por heranças coloniais que impuseram fronteiras artificiais e sistemas políticos inadequados, levando a uma falta de coesão nacional e disputas internas prolongadas. Além disso, a luta pelo poder político é muitas vezes intensificada pela importância de controlar recursos naturais valiosos, o que pode incentivar intervenções militares como uma forma de realocar o poder e acessar essas riquezas.

Muitos países africanos têm enfrentado desafios de segurança interna e externa, como insurgências e terrorismo, que desestabilizam ainda mais os governos existentes. Militares frequentemente intervêm alegando a incapacidade dos regimes civis de garantir a segurança e a ordem pública. Essas intervenções são, por vezes, recebidas com apoio popular, especialmente quando os governos falham em proporcionar serviços básicos ou em responder de forma eficaz a crises de segurança. Tal cenário destaca uma falha crítica na legitimidade e na eficácia das administrações civis, alimentando um ciclo de golpes e contragolpes (Dias, 2010).

Outro aspecto relevante é o impacto da comunidade internacional, que pode variar de apoio a sanções. A reação internacional aos golpes de estado na África é muitas vezes inconsistente, refletindo uma complexa teia de interesses geopolíticos e econômicos. Enquanto alguns golpes são condenados e resultam em sanções e isolamento, outros são tacitamente aceitos, especialmente quando levam ao poder líderes que são vistos como aliados estratégicos por potências externas. Esse cenário contribui para um ambiente onde os líderes militares podem sentir-se incentivados a tomar o poder, percebendo que as consequências internacionais podem ser gerenciáveis ou até mesmo negligenciáveis (Dias, 2010).

Segundo Paim (2016), a frequência de golpes de estado reflete também as dinâmicas sociais e econômicas dentro dos países. A pobreza, desigualdade e falta de oportunidades geram descontentamento e frustração entre a população, que pode ver nas intervenções militares uma possibilidade de mudança. Além disso, em muitos contextos

africanos, o exército é uma das poucas instituições percebidas como capazes de organizar e administrar, ainda que os resultados dessas intervenções raramente correspondam às expectativas de progresso e desenvolvimento sustentável. Esse panorama desolador sublinha a necessidade urgente de reformas profundas que fortaleçam as instituições democráticas e promovam a estabilidade e o desenvolvimento inclusivo. Nesse cenário, o problema de pesquisa adotado foi: qual são os fatores determinantes que contribuem para a alta frequência de golpes de estado em Burkina Faso, Guiné-Bissau e Mali no século XXI, e quais são suas principais consequências políticas e socioeconômicas?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar do porquê são tão frequentes os golpes de estado na África no século XXI, com foco nos casos de golpes de estado em Burkina Faso, Guiné-Bissau e Mali no século XXI, identificando os fatores políticos, econômicos, sociais e internacionais que contribuem para sua prevalência, bem como avaliar os impactos desses golpes nas estruturas políticas e no desenvolvimento socioeconômico destes países.

A justificativa de pesquisa reside na urgência de compreender os complexos mecanismos que levam à instabilidade política nesses países, que são emblemáticos dos desafios enfrentados por muitas nações africanas. Esses eventos não apenas interrompem o processo democrático, mas também agravam as condições de vida, criando ciclos de pobreza e violência que impactam negativamente no desenvolvimento socioeconômico. A análise desses golpes e suas ramificações fornece insights cruciais para formuladores de políticas, acadêmicos e organizações internacionais que buscam promover a estabilidade, a governança democrática e o progresso econômico na região.

Nesta pesquisa, adotou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica, na qual se procedeu à compilação, análise e síntese de dados e informações previamente publicados em artigos científicos, revisões sistemáticas, meta-análises e livros acadêmicos pertinentes ao tema. Foram utilizadas bases de dados eletrônicas reconhecidas, como Google Acadêmico, empregando-se palavras-chave específicas, como "golpes de estado", "instabilidade política", "Burkina Faso", "Guiné-Bissau", "Mali". A seleção de materiais seguiu critérios de inclusão rigorosos baseados em relevância, atualidade e qualidade metodológica, permitindo uma compreensão abrangente e atualizada das causas e consequências dos golpes de estado nos países selecionados e seu impacto potencial na estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico.

CAPÍTULO 1: CONDIÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS

Este capítulo explora a interação entre a estabilidade governamental e a propensão a golpes de estado, discutindo como a eficácia e a integridade das instituições democráticas podem tanto salvaguardar quanto minar a estabilidade política. Além disso, analisa-se o impacto significativo que fatores externos e intervenções internacionais têm sobre as dinâmicas políticas internas. Através de uma avaliação crítica, investiga-se como o suporte ou a interferência de atores externos podem alterar o equilíbrio de poder dentro de um país e, conseqüentemente, influenciar a ocorrência de golpes de estado. Este conjunto de análises oferece uma compreensão detalhada de como elementos internos e externos interagem para moldar o cenário político em nações vulneráveis a instabilidades.

1.1. Estabilidade Governamental e Vulnerabilidade Política

A estabilidade governamental é um fator crucial na prevenção de golpes de estado, sendo amplamente reconhecida como uma pedra angular para a manutenção da ordem política e social. Governos estáveis são capazes de prover serviços essenciais, garantir segurança e fomentar um ambiente onde o diálogo político e as instituições democráticas podem florescer. Em contraste, a ausência dessa estabilidade frequentemente cria um vácuo de poder, onde a incerteza e o descontentamento podem servir como catalisadores para intervenções militares ou tomadas de poder não democráticas (Câmera, 2023).

A vulnerabilidade política, por sua vez, emerge quando os governos falham em estabelecer ou manter a confiança e a legitimidade junto à sua população. Este cenário pode desenvolver-se devido a uma variedade de fatores, incluindo corrupção endêmica, incompetência administrativa e incapacidade de responder a crises econômicas ou sociais. A fragilidade resultante não só desestabiliza a ordem política interna, mas também diminui a resiliência do país contra influências externas desestabilizadoras (Câmera, 2023).

O papel das forças armadas em contextos de instabilidade governamental é frequentemente ambíguo. Embora tradicionalmente encarregadas de proteger o estado contra ameaças externas, as militares podem, em certos contextos, ver-se como guardiãs da ordem interna. Em nações onde a confiança nas instituições políticas é baixa, os militares podem ser percebidos tanto pela população quanto por seus próprios membros como um corpo capaz de restaurar ou garantir a estabilidade. A história política de vários países mostra que golpes frequentemente ocorrem em cenários onde há uma erosão

progressiva da governança e da funcionalidade das instituições públicas. Quando os cidadãos percebem que o governo é incapaz de atender às suas necessidades básicas ou de gerir eficazmente o estado, a legitimidade desse governo pode ser questionada, aumentando assim a probabilidade de um golpe (Câmera, 2023).

Segundo Santos (2017), a estabilidade governamental não depende apenas da capacidade administrativa, mas também da habilidade do governo em manter uma comunicação efetiva e transparente. A falta de transparência e comunicação pode alimentar rumores e desinformação, criando um terreno fértil para a insatisfação e a conspiração, que podem ser exploradas por opositores do regime vigente. Os golpes de estado não são eventos isolados e frequentemente têm consequências duradouras sobre a política e a sociedade. Eles podem levar a um ciclo de instabilidade política, onde governos subsequentes enfrentam desafios similares de legitimidade e eficácia, perpetuando um estado de vulnerabilidade política contínua.

É também relevante considerar que a estabilidade de um governo pode ser influenciada significativamente por fatores econômicos. Crises econômicas profundas podem desencadear descontentamento generalizado e questionamentos sobre a capacidade do governo em assegurar a prosperidade e o bem-estar da população, tornando esses momentos particularmente susceptíveis a golpes. Em contextos em que a estabilidade governamental é interrompida, organizações internacionais e países vizinhos desempenham papéis cruciais. Eles podem oferecer suporte para restaurar a ordem ou, inversamente, podem exacerbar a instabilidade através de intervenções mal planejadas ou motivadas por interesses próprios (Santos, 2017).

Portanto, de acordo com Paim (2015), é essencial que os esforços para fortalecer a governabilidade e reduzir a vulnerabilidade política sejam multifacetados e incluam melhorias na transparência, na responsabilidade e na inclusão. Estratégias eficazes devem envolver reformas institucionais profundas que possam restaurar a confiança pública nas capacidades do governo. O entendimento de que a estabilidade governamental é uma peça-chave para a segurança nacional e internacional destaca a importância de governos e sociedades internacionais trabalharem juntos para estabelecer ambientes políticos resilientes e adaptativos. Esforços colaborativos para fortalecer as instituições democráticas e promover práticas governamentais eficazes são vitais para prevenir golpes de estado e garantir um desenvolvimento político estável e inclusivo.

1.2. Qualidade das Instituições Democráticas

A qualidade das instituições democráticas desempenha um papel fundamental na estabilidade política de um país. Essas instituições, que incluem o poder judiciário, os corpos legislativos e as agências de aplicação da lei, são essenciais para o funcionamento da democracia, pois garantem que o governo atue dentro de um marco legal e ético. A eficácia dessas instituições é medida por sua capacidade de implementar políticas de maneira justa e de responder eficientemente às necessidades dos cidadãos, enquanto mantêm a transparência e a integridade em suas operações (Bijagó, 2018).

A transparência, em particular, é crucial para a confiança pública nas instituições. Quando as ações do governo são abertas ao escrutínio público, diminui-se o espaço para a corrupção e o abuso de poder, fortalecendo a democracia. Isso, por sua vez, aumenta a legitimidade do governo e reduz a probabilidade de instabilidade política, já que os cidadãos sentem que têm voz ativa e que seus interesses são considerados nas decisões políticas (Bijagó, 2018).

Por outro lado, a falta de integridade e transparência pode erodir a confiança nas instituições democráticas. Quando os cidadãos percebem que os líderes estão agindo em benefício próprio ou de grupos restritos, isso pode fomentar descontentamento e desconfiança generalizados. Tal situação é particularmente perigosa em contextos de desigualdade acentuada, onde a sensação de injustiça e exclusão pode ser um catalisador para distúrbios civis ou até golpes de estado. A eficácia das instituições democráticas também depende de sua capacidade de se adaptar a novos desafios e mudanças no panorama político e social. Instituições rígidas que falham em se adaptar às demandas contemporâneas dos cidadãos podem se tornar obsoletas ou ineficazes, comprometendo a governança e incentivando a busca por alternativas menos democráticas para a resolução de conflitos e a gestão do país (Bijagó, 2018).

A capacidade de realização de eleições livres e justas é outro indicador crítico da qualidade das instituições democráticas. Eleições que são percebidas como justas podem reforçar a estabilidade, enquanto processos eleitorais marcados por fraude ou coerção podem levar à contestação dos resultados e à instabilidade subsequente. A integridade do processo eleitoral depende em grande parte da independência e da competência das instituições encarregadas de administrar as eleições (Ramos; Frigotto, 2016).

A função do poder judiciário também é vital na manutenção da qualidade institucional. Um judiciário independente que pode operar sem interferências do poder executivo ou legislativo é essencial para a aplicação justa da lei. A ausência dessa independência pode resultar em uma aplicação seletiva da justiça, que protege os poderosos e marginaliza os vulneráveis, criando um ambiente propício à instabilidade. A responsabilidade é outra pedra angular das instituições democráticas de qualidade. A capacidade de responsabilizar líderes e funcionários públicos por suas ações é essencial para manter a confiança pública e para a saúde geral da democracia. Sem mecanismos eficazes de responsabilização, o abuso de poder e a corrupção podem se proliferar, corroendo as bases da governança e instigando o descontentamento popular (Ramos; Frigotto, 2016).

Por conseguinte, a formação e a educação cívica desempenham um papel crucial em apoiar a qualidade das instituições democráticas. Uma população bem-informada sobre seus direitos e responsabilidades é mais propensa a exigir transparência, integridade e eficácia de suas instituições, além de ser menos suscetível à manipulação por parte de interesses particulares. A cooperação internacional também pode ajudar a fortalecer as instituições democráticas, oferecendo suporte técnico e normativo para aprimorar práticas governamentais. A ajuda internacional em formas de programas de treinamento, assistência técnica e vigilância eleitoral pode proporcionar um reforço significativo para a qualidade institucional de um país (Ramos; Frigotto, 2016).

De acordo com Colier (2007), ao considerar a importância das instituições democráticas para a estabilidade política, torna-se claro que investir em sua qualidade não é apenas uma questão de governança, mas também um imperativo para a prevenção de crises políticas profundas, como golpes de estado. Este investimento deve ser contínuo e acompanhado de uma vigilância constante por parte dos cidadãos, para garantir que as instituições não apenas existam, mas funcionem efetivamente em prol de uma democracia robusta e estável.

1.3. Influência de Fatores Externos e Intervenções Internacionais

A influência de fatores externos e intervenções internacionais desempenha um papel significativo nas dinâmicas políticas internas dos Estados, especialmente em regiões marcadas pela instabilidade. Essas intervenções podem ser motivadas por uma gama de fatores, incluindo interesses geopolíticos, econômicos e de segurança.

Frequentemente, o apoio externo é justificado sob a premissa de promover a democracia e a estabilidade, mas os efeitos práticos dessas intervenções podem variar amplamente, influenciando de maneira profunda a propensão a golpes de estado nos países receptores (Wabgou, 2010).

O impacto dessas intervenções no cenário político interno pode ser observado de várias maneiras. Por um lado, o apoio financeiro e militar a governos específicos pode fortalecer regimes que de outra forma seriam vulneráveis a desafios internos. Este reforço pode ajudar a manter a ordem e a estabilidade, mas também pode suprimir movimentos de oposição legítimos, perpetuando governos autoritários ou corruptos. Este tipo de intervenção pode, portanto, diminuir as chances de golpes de estado ao fortalecer as mãos de regimes existentes, embora possa também gerar ressentimento e resistência a longo prazo (Wabgou, 2010).

Por outro lado, intervenções estrangeiras também podem desestabilizar governos existentes, seja através de sanções econômicas, apoio a grupos rebeldes ou campanhas de desinformação. Essas ações podem enfraquecer deliberadamente um governo, tornando-o mais suscetível a golpes de estado. A justificativa para tais intervenções frequentemente envolve alegações de violações de direitos humanos ou falhas na governança, mas não raro estão alinhadas com os interesses estratégicos do estado interventor (Wabgou, 2010).

Como bem define Robert (2023), a influência externa pode ainda moldar as percepções públicas de legitimidade e eficácia governamental. Quando um governo é visto como um fantoche de poderes estrangeiros, sua legitimidade pode ser questionada pelos cidadãos. Este questionamento pode minar a estabilidade política e fomentar um ambiente propício para golpes de estado, especialmente se houver uma forte percepção de que a mudança de regime poderia reverter a influência estrangeira. A assistência internacional em formas de ajuda ao desenvolvimento ou cooperação econômica pode ter efeitos ambíguos. Enquanto pode fornecer os recursos necessários para a melhoria da governança e infraestrutura, também pode criar dependência ou permitir que governos mantenham práticas corruptas sem enfrentar reformas significativas. Essa dinâmica pode, paradoxalmente, tanto prevenir quanto precipitar crises políticas, dependendo de como é gerenciada.

Organizações internacionais e acordos multilaterais desempenham um papel crucial na mediação das influências externas. Por meio de organismos como a ONU, a

União Africana ou o FMI, a comunidade internacional pode oferecer um quadro de estabilidade e previsibilidade que é menos propenso a manipulações por interesses unilaterais. Esses organismos podem ajudar a moderar o impacto das intervenções externas e fornecer um caminho para resoluções de conflitos baseadas em normas internacionais aceitas. A história recente fornece exemplos de como intervenções internacionais mal planejadas ou mal interpretadas exacerbaram conflitos internos, levando a golpes de estado ou a prolongados períodos de instabilidade. Nestes casos, a falta de compreensão das complexidades locais e a imposição de soluções externas sem o devido respeito pela soberania nacional e pelas particularidades culturais provaram ser contraproducentes (Robert, 2023).

A eficácia da influência externa, portanto, depende em grande parte da sua percepção como legítima e benéfica pelos cidadãos do país receptor. Quando esta percepção é positiva, as intervenções internacionais podem fortalecer a governança e contribuir para a estabilidade. Contudo, quando é negativa, o mesmo apoio pode ser visto como intrusivo e desestabilizador. É fundamental, assim, que as intervenções estrangeiras sejam realizadas com transparência, responsabilidade e em constante diálogo com todas as partes interessadas. A cooperação internacional deve ser moldada de forma a respeitar a autodeterminação e a promover soluções que se alinhem com as necessidades e os desejos da população local (Robert, 2023).

Segundo Nzamba (2023), a análise do impacto das intervenções internacionais nas dinâmicas políticas internas deve ser abrangente e matizada. Somente através de uma compreensão detalhada das interações entre fatores internos e externos é que se pode avaliar verdadeiramente sua influência na estabilidade política e na incidência de golpes de estado. Enquanto o mundo continua a globalizar e as fronteiras entre as questões internas e internacionais se tornam cada vez mais tênues, a capacidade de gerenciar efetivamente as influências externas se torna uma competência crucial para a manutenção da soberania e da estabilidade política.

CAPÍTULO 2: FATORES SOCIOECONÔMICOS E DE SEGURANÇA

Este capítulo aborda a complexa interação entre fatores socioeconômicos e questões de segurança na promoção da instabilidade política e na propensão aos golpes de estado. A investigação começa com uma análise de como a pobreza e a desigualdade socioeconômica podem minar a estabilidade política, criando terreno fértil para a insurgência e movimentos golpistas. Segue-se uma avaliação do desemprego, destacando-se como essa condição alimenta o descontentamento social e exacerba as tensões que podem culminar em golpes. Finalmente, a discussão se volta para os recursos naturais, considerando como a competição e os conflitos sobre estes recursos essenciais podem comprometer a segurança interna e precipitar desafios à ordem estatal estabelecida. Através dessa análise tridimensional, o capítulo proporciona uma compreensão profunda das raízes econômicas e sociais que podem levar a rupturas políticas significativas.

2.1. Pobreza, Desigualdade e Instabilidade Política

Rios (2023), define que a relação entre pobreza, desigualdade socioeconômica e instabilidade política é profundamente interconectada, manifestando-se de várias maneiras que afetam diretamente a governança e a estabilidade de um país. A pobreza, em especial, limita o acesso a recursos básicos e oportunidades, o que pode levar a um sentimento generalizado de desesperança e frustração entre a população. Quando grandes segmentos da população são abandonados economicamente, a legitimidade percebida do governo pode começar a erodir, pois ele é visto como incapaz de atender às necessidades básicas de seus cidadãos.

A desigualdade socioeconômica exacerba essas percepções de injustiça e desequilíbrio, pois a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres se torna visivelmente pronunciada. Essas disparidades não apenas alimentam ressentimentos entre diferentes grupos sociais, mas também podem levar a um aumento da criminalidade e da violência, fatores que contribuem significativamente para a instabilidade política. A sensação de exclusão pode motivar grupos marginalizados a buscar mudanças radicais, incluindo o apoio a golpes de estado como uma forma de redefinir a ordem política (Rios, 2023).

Golpes de estado são frequentemente vistos em países onde a desigualdade e a pobreza são mais acentuadas, particularmente quando o governo em exercício falha em implementar políticas que promovam a equidade e o desenvolvimento econômico. Essa

falha é interpretada não apenas como uma lacuna na governança, mas também como uma falta de vontade política para reformar o sistema em benefício de todos, o que pode incitar facções dentro do exército ou grupos rebeldes a tomar medidas drásticas (Rios, 2023).

Além disso, a pobreza e a desigualdade afetam a estabilidade através de seu impacto na educação e na saúde, pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação. A falta de acesso à educação de qualidade perpetua um ciclo de pobreza que limita as oportunidades de emprego e reduz a mobilidade social, enquanto a insuficiência nos serviços de saúde pode resultar em uma população menos produtiva e mais propensa a crises (Yarisse, 1986).

A instabilidade política gerada por esses fatores é frequentemente agravada pela falta de instituições fortes que possam mediar conflitos e implementar reformas. Sem essas instituições, o governo torna-se mais vulnerável a pressões internas e externas, o que pode levar à instabilidade ou a golpes de estado como forma de mudança forçada de liderança. A capacidade de um governo de responder eficazmente a essas pressões é crucial para manter a ordem e a confiança pública. A história política de várias nações demonstra que, em muitos casos, os golpes de estado ocorreram após períodos prolongados de miséria econômica e disparidades sociais severas. Esses golpes são frequentemente justificados pelos perpetradores como uma necessidade de "corrigir" um sistema falho e restabelecer a ordem, embora os resultados a longo prazo raramente atendam às expectativas de melhoria das condições de vida da população (Yarisse, 1986).

Portanto, é essencial que os esforços para combater a pobreza e a desigualdade sejam integrados nas estratégias de estabilidade política. Políticas econômicas que promovam a inclusão e a distribuição equitativa de recursos podem diminuir significativamente a probabilidade de instabilidade política e golpes de estado, ao criar um ambiente onde todos os cidadãos se sintam representados e valorizados. A comunidade internacional tem um papel a desempenhar ao apoiar essas políticas através de cooperação econômica, assistência técnica e programas de desenvolvimento que visem especificamente a redução da pobreza e a melhoria da equidade. A assistência externa, quando bem direcionada e monitorada, pode ajudar a reforçar as capacidades institucionais e promover reformas que aliviem a pobreza e a desigualdade (Yarisse, 1986).

Para Cifuentes (2020), a luta contra a pobreza e a desigualdade socioeconômica é fundamental não apenas para o bem-estar econômico e social de um país, mas também para a sua estabilidade política. Ignorar esses fatores pode levar a um ciclo vicioso de instabilidade que é prejudicial ao desenvolvimento sustentável e à paz duradoura. Assim, compreender e abordar as raízes econômicas da instabilidade política é crucial para qualquer estratégia governamental ou internacional que vise à promoção da governança estável e da democracia robusta. Somente através de uma abordagem holística e integrada é possível assegurar a estabilidade política e evitar a frequência de golpes de estado, garantindo um futuro mais próspero e equitativo para todos os cidadãos.

2.2. Desemprego e Descontentamento Social

O desemprego é frequentemente um precursor significativo de instabilidade social e política, atuando como um catalisador para descontentamento e tensões dentro de uma sociedade. Em contextos em que as taxas de desemprego são altas, especialmente entre os jovens e os menos qualificados, há um risco elevado de marginalização e exclusão social. Essa exclusão pode gerar profundas divisões sociais e políticas, que minam a estabilidade e a coesão de um país (Corrêa; Luedemann, 2023).

Quando os indivíduos se encontram sem emprego por longos períodos, não apenas enfrentam dificuldades econômicas, mas também experimentam um declínio no seu bem-estar social e mental. A falta de oportunidades de trabalho pode levar ao sentimento de desesperança e à percepção de que o sistema político e econômico é injusto ou falho. Esses sentimentos são particularmente potentes em incitar movimentos de descontentamento que podem desafiar a ordem estabelecida (Corrêa; Luedemann, 2023).

O descontentamento gerado pelo desemprego não raramente se traduz em protestos sociais. Esses protestos podem ser pacíficos ou evoluir para formas mais violentas de expressão política. Quando o governo falha em responder de maneira adequada ou percebida como justa a essas manifestações, a legitimidade dele pode ser questionada, aumentando ainda mais a probabilidade de confrontos políticos e até golpes de estado. O desemprego pode afetar desproporcionalmente certos grupos sociais, ampliando as desigualdades existentes e exacerbando tensões entre diferentes classes e comunidades. Essa disparidade na experiência do desemprego pode levar a um aumento do ressentimento entre grupos que se veem como desfavorecidos em comparação com

outros que podem aparentar ser menos afetados pela falta de empregos (Corrêa; Luedemann, 2023).

As tentativas de golpe de estado em contextos de alta taxa de desemprego muitas vezes são precipitadas pela crença de que uma mudança radical no governo poderia melhorar a situação econômica ou pelo menos redistribuir os recursos de uma maneira que beneficie aqueles que estão desempregados. Movimentos rebeldes ou militares podem se aproveitar desse descontentamento generalizado para mobilizar suporte para suas causas, prometendo reformas e empregos. A relação entre desemprego e instabilidade política é ainda mais complicada pela influência de fatores externos, como crises econômicas globais ou políticas econômicas internacionais que afetam a capacidade de um país de gerar empregos. Esses elementos externos podem reduzir ainda mais as oportunidades de emprego, alimentando um ciclo de instabilidade que se torna difícil de controlar (Bolarinwa, 2023).

O papel das políticas governamentais é crucial na mitigação dos efeitos do desemprego. Políticas eficazes de criação de emprego e suporte social podem ajudar a reduzir o descontentamento e a tensão social, fortalecendo a estabilidade política. Quando os governos investem em educação e formação profissional, aumentam as chances de seus cidadãos encontrarem emprego, o que pode diminuir significativamente o risco de agitação social e política. Infelizmente, em muitos casos, as respostas políticas ao desemprego são inadequadas ou tardias, o que pode agravar a situação e fomentar uma maior instabilidade. A falta de respostas eficazes pode ser interpretada como um sintoma de incompetência governamental ou de um sistema político que não atende às necessidades de seus cidadãos, alimentando a percepção de ilegitimidade e ineficácia (Bolarinwa, 2023).

De acordo com Rios (2023), a prevenção de golpes de estado em contextos de alto desemprego, portanto, requer mais do que simplesmente medidas paliativas; necessita de uma abordagem integrada que considere as raízes econômicas, sociais e políticas do problema. Isso inclui não apenas a criação de empregos, mas também o fortalecimento das instituições democráticas e a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades econômicas justas. O desemprego é tanto um sintoma quanto uma causa de problemas políticos mais amplos. Tratá-lo exige uma visão abrangente que integre políticas econômicas, sociais e políticas, com o objetivo de criar uma sociedade mais

inclusiva e estável, onde o descontentamento e a tensão não se transformem em ameaças à ordem política estabelecida.

2.3. Recursos Naturais e Conflitos de Segurança

A disputa por recursos naturais tem se mostrado um fator crítico para a segurança interna e a estabilidade dos estados, especialmente em regiões ricas em recursos como petróleo, minerais e madeira. Essa competição muitas vezes exacerba conflitos existentes e pode servir como catalisador para novos confrontos, uma vez que grupos armados, corporações multinacionais, governos locais e comunidades indígenas lutam pelo controle desses valiosos ativos. A luta pelo acesso e controle sobre os recursos naturais não apenas gera violência, mas também pode minar as estruturas de governança existentes, levando a instabilidades políticas mais amplas (Moreno, 2005).

Esses conflitos são frequentemente intensificados em contextos em que há uma governança fraca, corrupção e falta de instituições legais e regulatórias robustas. Em tais circunstâncias, o potencial para desvio e exploração ilícita de recursos naturais aumenta, alimentando a corrupção e o financiamento de grupos armados que desafiam a autoridade estatal. A falta de transparência e de justiça equitativa na gestão dos recursos naturais pode resultar em um sentimento generalizado de injustiça e marginalização entre as populações locais, que se veem privadas dos benefícios de suas próprias terras (Moreno, 2005).

A competição por recursos naturais pode ter implicações geopolíticas significativas, atraindo a intervenção de potências estrangeiras que buscam assegurar seus próprios interesses econômicos e estratégicos. Essa intervenção externa pode complicar ainda mais os conflitos locais, transformando disputas internas em confrontos de proporções internacionais. Quando as potências estrangeiras apoiam diferentes facções ou regimes, isso pode levar a uma escalada de violência e à desestabilização de nações inteiras (Moreno, 2005).

A dependência econômica de recursos naturais também torna os países vulneráveis a flutuações nos mercados globais. Quando os preços internacionais dos recursos naturais caem, as economias que dependem fortemente dessas exportações podem enfrentar crises econômicas que exacerbam a instabilidade política e social. A volatilidade econômica resultante pode desencadear protestos em massa, greves e até

golpes de estado, especialmente se o governo falhar em gerir eficazmente os recursos e mitigar os impactos da crise (Bullejos, 2013).

Para abordar esses desafios, é fundamental que os países implementem políticas que promovam a gestão sustentável e equitativa dos recursos naturais. Isso inclui a adoção de leis e regulamentos que garantam a transparência e a justa distribuição dos lucros obtidos com esses recursos. Além disso, a implementação de políticas ambientais que protejam os ecossistemas contra a exploração excessiva é crucial para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais (Bullejos, 2013).

A cooperação internacional também desempenha um papel vital na resolução de conflitos relacionados a recursos naturais. Acordos e tratados internacionais podem ajudar a estabelecer normas e procedimentos para a exploração de recursos compartilhados e para a resolução de disputas transfronteiriças. Tais iniciativas promovem a paz e a cooperação regional, reduzindo a probabilidade de conflitos e instabilidade (Bullejos, 2013).

A conscientização e o envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais são igualmente importantes. Quando as comunidades são envolvidas nas decisões que afetam seus recursos, é mais provável que os resultados sejam percebidos como justos e legítimos. Isso pode ajudar a prevenir conflitos e fortalecer a coesão social, contribuindo para a estabilidade política geral. No entanto, a gestão eficaz dos recursos naturais em ambientes politicamente instáveis continua sendo um desafio significativo. A corrupção, em particular, pode minar os esforços para uma gestão justa e sustentável dos recursos, perpetuando ciclos de pobreza e conflito. Portanto, a luta contra a corrupção deve ser uma prioridade para os governos que buscam estabilizar suas nações e proteger seus recursos naturais (Torres, 2010).

Como bem define Okon (2022), a segurança e a estabilidade de um estado estão profundamente interligadas à forma como ele gerencia seus recursos naturais. Políticas inadequadas ou injustas podem levar a conflitos violentos, enquanto práticas de gestão responsáveis e inclusivas podem promover a paz e a prosperidade. Portanto, a busca por soluções para os conflitos de recursos deve ser multifacetada, envolvendo uma combinação de governança forte, envolvimento comunitário, cooperação internacional e políticas sustentáveis. Concluindo, a exploração de recursos naturais é uma questão de segurança nacional e internacional, exigindo uma abordagem cuidadosa e considerada

que balanceie as necessidades econômicas com a equidade social e a estabilidade política. Somente através de uma gestão cuidadosa e colaborativa será possível transformar potenciais fontes de conflito em alicerces para o desenvolvimento sustentável e a paz duradoura.

CAPÍTULO 3: IMPACTOS DOS GOLPES DE ESTADO

Este capítulo se dedica a explorar os variados impactos dos golpes de estado, cobrindo desde as alterações imediatas na governança, como mudanças na liderança e nas políticas públicas, até as repercussões mais amplas e duradouras na economia e na sociedade. A análise detalha como os golpes podem desestabilizar a governança de maneira abrupta, alterando a ordem política e institucional existente e provocando uma reconfiguração do poder que pode ter ramificações extensas. Além disso, discute-se as consequências econômicas desses eventos, destacando tanto os efeitos diretos, como a interrupção do comércio e investimentos, quanto os impactos indiretos, como a deterioração da confiança dos investidores e do ambiente de negócios. Por fim, examina-se o impacto dos golpes na coesão social, enfatizando como eles podem exacerbar divisões internas e deteriorar as relações internacionais, levando a um isolamento diplomático e a uma percepção global negativa, o que complica ainda mais a estabilidade e o desenvolvimento sustentável do país afetado.

3.1. Efeitos Imediatos na Governança

Os golpes de estado são eventos dramáticos que provocam mudanças abruptas e significativas na governança de um país. Esses eventos geralmente resultam na deposição de lideranças estabelecidas, o que pode levar a uma completa reestruturação do governo e das políticas públicas. A investigação dos efeitos imediatos de tais golpes revela a complexidade e a variedade de impactos que podem emergir, dependendo das características específicas do país e do contexto político no qual o golpe ocorre (Nanfuna, 2023).

Quando um golpe de estado é bem-sucedido, o primeiro e mais evidente efeito é a mudança na liderança. Líderes eleitos ou longamente instalados são substituídos, muitas vezes por líderes militares ou por uma junta que não foi eleita democraticamente. Esta mudança na liderança frequentemente ocorre sem o consentimento ou apoio popular e pode ser realizada através de meios violentos ou coercitivos, levando a um período de incerteza e instabilidade política. Além das mudanças na liderança, os golpes de estado frequentemente resultam em alterações significativas nas políticas governamentais. Novos governos podem rapidamente desfazer leis e regulamentos anteriores, alterando drasticamente a direção política e as prioridades do país. Tais mudanças podem ser

motivadas por ideologias distintas dos novos líderes ou por uma resposta às percebidas falhas do governo anterior (Nanfuna, 2023).

Essas alterações abruptas podem afetar negativamente a continuidade administrativa e a governança eficaz. A falta de continuidade pode levar à paralisação dos serviços públicos, à confusão dentro das agências governamentais e a uma descoordenação geral, à medida que novos líderes tentam impor sua autoridade e reorganizar o governo de acordo com seus princípios e práticas. A substituição repentina de funcionários e a reorientação das políticas públicas também podem erodir as normas e os procedimentos estabelecidos. Este estado de fluxo pode abrir oportunidades para corrupção e malversação, especialmente se o novo regime não estiver firmemente comprometido com a transparência ou se a supervisão se tornar fraca durante o período de transição (Nanfuna, 2023).

Para Simms (2021), internacionalmente, os golpes de estado podem levar ao isolamento diplomático. Outros países podem escolher cortar ou reduzir suas relações diplomáticas, impor sanções ou expressar seu descontentamento através de canais diplomáticos. Esse isolamento pode prejudicar ainda mais a capacidade de governança do novo regime, limitando o acesso a recursos internacionais, ajuda e cooperação. A resposta da comunidade internacional a um golpe de estado pode variar amplamente, mas frequentemente inclui uma condenação pública dos métodos pelos quais o novo governo chegou ao poder. Tal reação pode afetar as relações exteriores e a posição de um país nos fóruns internacionais, dificultando negociações e acordos bilaterais ou multilaterais.

Em termos de política interna, os golpes também podem levar a uma repressão maior e a uma diminuição das liberdades civis. Os novos líderes podem implementar medidas rigorosas de controle para consolidar o poder e evitar oposição, o que muitas vezes resulta em violações dos direitos humanos e em uma governança autoritária. Os efeitos imediatos de um golpe de estado na governança são, portanto, profundos e multifacetados, afetando tudo, desde a política interna e a administração pública até as relações exteriores. Estes eventos podem desestabilizar não apenas o país onde ocorrem, mas também ter ramificações regionais, dependendo da importância geopolítica do estado em questão (Simms, 2021).

Segundo Jauará (2011), em longo prazo, mesmo que um golpe possa parecer resolver um problema de instabilidade imediato, frequentemente semeia as sementes para

problemas futuros. A legitimidade questionável de um governo de golpe, juntamente com as alterações forçadas e frequentemente impopulares na política e governança, pode deixar um legado duradouro de descontentamento e desafios para a restauração da governança democrática e estável. Concluindo, os golpes de estado são momentos de crise que testam a resiliência das instituições nacionais e internacionais. Eles requerem uma análise cuidadosa para entender completamente seus impactos imediatos e em longo prazo na governança e na estabilidade de uma nação.

3.2. Consequências Econômicas de Golpes de Estado

Golpes de estado têm impactos significativos e multifacetados na economia de um país, afetando tanto a estrutura econômica interna quanto as relações econômicas externas. As consequências econômicas de um golpe podem ser imediatas e de longo prazo, alterando o curso do desenvolvimento econômico e potencialmente levando a um ciclo prolongado de instabilidade econômica (Feliu et al., 2013).

Imediatamente após um golpe de estado, é comum observar uma resposta negativa nos mercados financeiros. A incerteza política geralmente resulta em uma fuga de capitais, tanto de investidores domésticos quanto internacionais, que buscam ambientes mais estáveis para seus investimentos. Isso pode resultar em uma desvalorização da moeda nacional, aumentos nas taxas de juros e uma queda geral no mercado de ações, complicando ainda mais o clima econômico. Além das reações do mercado financeiro, os golpes frequentemente levam a uma interrupção das atividades econômicas cotidianas. A incerteza e o medo podem causar redução no consumo e nos investimentos, resultando em uma desaceleração econômica. Empresas podem hesitar em fazer novos investimentos ou expandir operações até que o clima político se estabilize, limitando o crescimento econômico e aumentando o desemprego (Feliu et al., 2013).

A confiança dos consumidores e dos empresários é crucial para a saúde econômica de qualquer país. Um golpe de estado pode erodir essa confiança, levando a uma diminuição no consumo e nos investimentos. Sem confiança na estabilidade política e econômica, os gastos e investimentos são adiados, o que desacelera o ciclo econômico e pode levar a uma recessão. No âmbito internacional, os golpes podem resultar em sanções econômicas impostas por outras nações ou organismos internacionais. Essas sanções podem restringir o acesso a mercados vitais, capital estrangeiro e recursos, o que prejudica ainda mais a economia do país. Além disso, a ajuda internacional, que muitas vezes

suporta setores cruciais como saúde e educação, pode ser suspensa em resposta a mudanças inconstitucionais de governo (Feliu et al., 2013).

Em longo prazo, os efeitos de um golpe podem alterar permanentemente a trajetória de desenvolvimento de um país. Projetos de desenvolvimento de infraestrutura podem ser interrompidos, reformas econômicas podem ser revertidas e políticas podem ser radicalmente alteradas para refletir a nova direção política. Essas mudanças podem ter um impacto duradouro no potencial de crescimento econômico e na capacidade de atrair investimentos futuros. A instabilidade política prolongada, frequentemente uma consequência de golpes, pode levar à deterioração dos serviços públicos. O financiamento para projetos de infraestrutura essenciais e serviços sociais pode ser cortado ou desviado, prejudicando a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico. A falta de investimento em capital humano, através da educação e da saúde, pode reduzir a produtividade da força de trabalho e limitar o crescimento econômico futuro (Yarisse, 1987).

Outra consequência direta dos golpes é o potencial aumento na corrupção e na má gestão econômica. Os novos governantes podem não ter o mesmo compromisso com a transparência e a governança responsável que seus predecessores, ou podem aproveitar a desordem para desviar fundos públicos. Isso não apenas prejudica a economia, mas também mina a legitimidade do governo. Os golpes também podem influenciar negativamente a percepção de risco país por parte de agências de classificação e investidores internacionais. Um risco país elevado significa custos mais altos de empréstimos e dificuldades adicionais para atrair investimentos externos, ambos cruciais para o desenvolvimento econômico (Nzamba, 2023).

De acordo com Nieto (2006), a recuperação econômica após um golpe de estado é frequentemente lenta e dolorosa. A reconstrução da confiança, a restauração da estabilidade política e a renovação das relações internacionais podem levar anos, durante os quais o crescimento econômico permanece estagnado. Este período pode ser marcado por dificuldades econômicas generalizadas, aumentando o sofrimento da população. As consequências econômicas de um golpe de estado são profundas e duradouras, afetando todos os aspectos do desenvolvimento econômico e da vida social. Compreender esses impactos é crucial para formuladores de políticas, economistas e líderes internacionais

que buscam mitigar os efeitos negativos e promover uma recuperação econômica estável em países que passaram por tais crises políticas.

3.3. Impactos na Coesão Social e nas Dinâmicas Internacionais

Golpes de estado têm um impacto profundo não apenas na estrutura política de um país, mas também na coesão social e nas dinâmicas internacionais. Quando um golpe ocorre, ele frequentemente catalisa mudanças significativas nas relações sociais internas e na forma como um país é percebido no cenário global. A ruptura abrupta da ordem constitucional pode agravar divisões existentes na sociedade e alterar as relações internacionais de maneiras complexas e duradouras (Moraes, 2016).

A coesão social é frequentemente a primeira vítima após um golpe. A legitimidade do novo governo pode ser questionada por segmentos significativos da população, especialmente se o golpe for percebido como inconstitucional ou se ocorrer sem um amplo suporte popular. Isso pode levar a um aumento no conflito social, à medida que diferentes grupos lutam para influenciar a direção do novo regime ou resistir às mudanças impostas. O tecido social de um país pode ser testado por tais divisões, resultando em um ambiente onde a confiança mútua e o diálogo são severamente comprometidos. Os golpes podem provocar uma repressão generalizada quando o novo regime tenta consolidar o poder. Tais ações podem incluir a supressão de liberdades civis, a perseguição de opositores políticos e a censura à imprensa. Estas medidas podem exacerbar o medo e a desconfiança dentro da sociedade, minando ainda mais a coesão social e agravando as tensões internas (Moraes, 2016).

No cenário internacional, os golpes de estado podem resultar em isolamento diplomático. A comunidade internacional, incluindo organizações multilaterais e países individualmente, pode optar por condenar o golpe, impor sanções econômicas ou suspender a ajuda e as relações diplomáticas. Este isolamento pode prejudicar a economia do país e limitar sua capacidade de engajar-se em fóruns internacionais, complicando questões de segurança e desenvolvimento. A percepção global de um país que sofre um golpe também pode mudar radicalmente. Um regime que chega ao poder por meio de um golpe pode ser visto como ilegítimo ou instável por observadores externos. Esta percepção pode afetar negativamente a confiança dos investidores estrangeiros e reduzir a disposição de outros países e organizações internacionais de cooperar em projetos de desenvolvimento ou acordos diplomáticos (Moraes, 2016).

As consequências para as relações internacionais são particularmente significativas no caso de países que dependem de alianças estratégicas para sua segurança e desenvolvimento econômico. Um golpe pode levar à reavaliação dessas alianças por ambos os lados, potencialmente resultando em um realinhamento ou, no mínimo, em uma hesitação no apoio contínuo. Internamente, a fragmentação induzida por um golpe pode levar a uma deterioração de longo prazo nas condições sociais de um país. Desigualdades preexistentes podem se agravar à medida que o novo regime prioriza a segurança sobre o desenvolvimento social ou quando políticas discriminatórias são implementadas. Essas mudanças podem perpetuar ciclos de pobreza e marginalização, afetando gerações (Lima, 2014).

A educação e os serviços de saúde podem sofrer quando um país está internacionalmente isolado e politicamente instável. A falta de recursos, tanto internos quanto externos, pode levar a uma diminuição na qualidade e acessibilidade desses serviços essenciais, afetando diretamente o bem-estar da população e a capacidade do país de desenvolver capital humano qualificado para o futuro. A resposta da comunidade internacional a um golpe é muitas vezes determinada por considerações estratégicas além da promoção da democracia. Enquanto alguns países podem isolar um regime que chegou ao poder através de um golpe, outros podem optar por uma abordagem mais pragmática, priorizando interesses geopolíticos ou econômicos sobre ideais democráticos. Essa resposta variável pode complicar ainda mais a dinâmica internacional (Lima, 2014).

Zeca (2017), define que a recuperação da coesão social e da estabilidade nas relações internacionais após um golpe de estado requer um compromisso com a restauração da ordem constitucional e com reformas que promovam a inclusão e a justiça social. Sem essas medidas, o país pode permanecer em um estado de fragilidade política e social prolongada. Portanto, os impactos de um golpe de estado na coesão social e nas relações internacionais são profundos e duradouros. Eles exigem uma resposta cuidadosa tanto de atores internos quanto externos para mitigar os danos e promover uma recuperação que seja tanto inclusiva quanto sustentável.

CAPÍTULO 4: GOLPES DE ESTADO NAÁFRICA NO SECÚLO XXI

4.1. Tentativas e sucessos

Os dados apresentados indicam uma incidência preocupante de golpes de estado em vários países africanos, com um total de 47 tentativas reportadas e 24 delas resultando em sucesso. Ao se debruçar sobre esses dados, percebe-se que aproximadamente 51% das tentativas de golpe em nações africanas listadas foram bem-sucedidas. Este índice ressalta uma tendência alarmante na região e sugere a presença de vulnerabilidades sistêmicas na governança e estruturas políticas destes países. Tal frequência é ecoada na literatura que aponta para uma correlação entre a instabilidade política e fatores como pobreza, desigualdades, disputas por recursos e fraquezas institucionais.

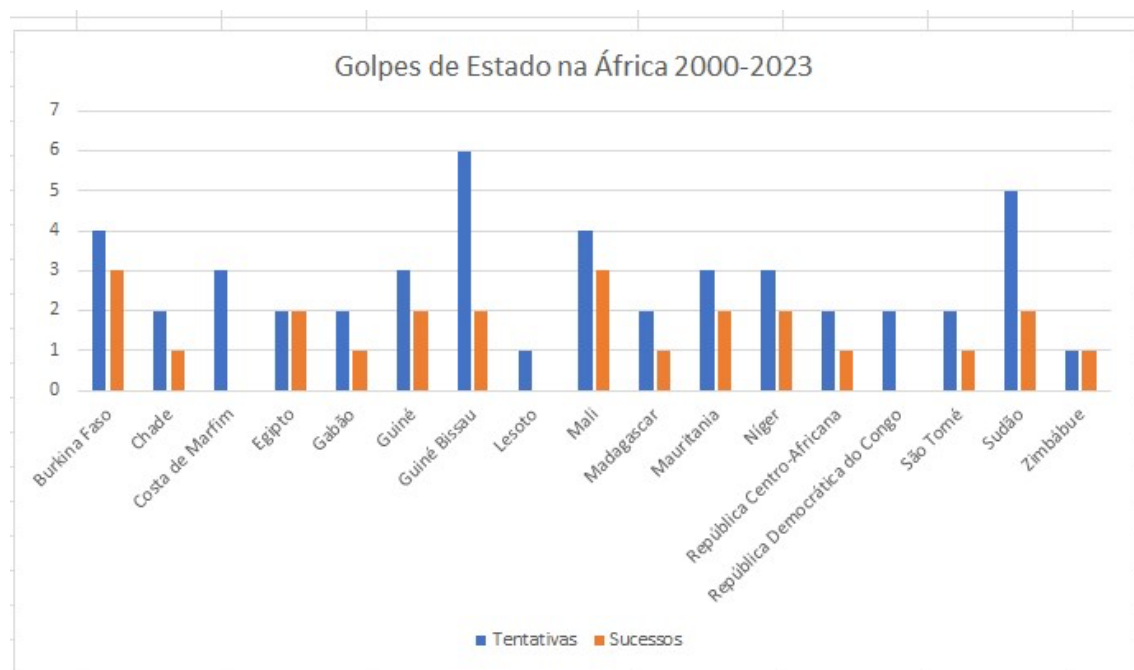


Figura 1 – Golpes de Estado na África 2000-2023

FONTE: Dados da Pesquisa (2024)

Analisando individualmente, países como Burkina Faso e Mali demonstram uma propensão particularmente alta para golpes de estado, com taxas de sucesso de 75% e 100%, respectivamente. Isso pode indicar uma situação de particular fragilidade política ou descontentamento civil que, segundo especialistas, pode estar ligada à insatisfação com as condições socioeconômicas, à gestão ineficiente de conflitos internos e à

influência de poderes externos. A literatura específica sobre cada contexto nacional poderia oferecer mais insights sobre as dinâmicas internas que levam a tal instabilidade, como a distribuição de poder entre elites políticas e militares e a influência de fatores econômicos, como a dependência de commodities.

Por outro lado, a República Centro-Africana e o Chade exibem taxas de tentativa para sucesso de 50% e 25%, respectivamente. Estas estatísticas podem refletir uma capacidade relativamente maior desses governos de resistir a tentativas de usurpação do poder ou a presença de mecanismos de dissuasão mais eficazes contrários atos. A literatura acadêmica frequentemente associa a resiliência a golpes de estado com uma sociedade civil robusta, instituições democráticas fortes e apoio internacional para a manutenção da ordem democrática. Entretanto, mesmo em contextos com menos tentativas de golpe bem-sucedidas, a mera ocorrência destas é um sinal de que a legitimidade e a eficácia dos governos estão sob questionamento constante, exigindo um exame mais aprofundado das medidas preventivas e do fortalecimento institucional necessário para assegurar a estabilidade política e o desenvolvimento.

4.2. Passado colonial

A relação entre o passado colonial e a incidência de golpes de estado no continente africano é um ponto de discussão relevante. Observando a distribuição do passado colonial, percebe-se uma predominância de países anteriormente colonizados pela França. A herança colonial francesa, marcada por um modelo de administração centralizado e, em muitos casos, por uma desvinculação abrupta no momento da independência, pode ter deixado um legado de fragilidade institucional que persiste até hoje. Isso pode oferecer uma perspectiva para entender os desafios contínuos na construção de estados estáveis e na prevenção de golpes de estado, como evidenciado em literaturas que investigam o impacto pós-colonial nas estruturas de governança atuais.

Como bem coloca Cifuentes (2020) a maneira como o poder foi transferido durante os períodos de descolonização e os modelos políticos adotados pós-independência têm implicações diretas na estabilidade política contemporânea. Enquanto alguns estados herdeiros do colonialismo francês mantiveram laços políticos e econômicos estreitos com a França, conhecidos como Françafrique, outros procuraram caminhos mais autônomos, mas nem sempre com sucesso na implementação de políticas públicas eficazes ou na construção de instituições políticas resilientes.

Além disso, é crucial considerar os países colonizados por outras potências, como Portugal e Inglaterra. O histórico colonial britânico, frequentemente associado a um modelo de administração indireta, e o português, com traços de exploração intensa, podem ter desempenhado papéis distintos na formação das condições políticas pós-independência que influenciam a estabilidade atual. Em alguns casos, a transição para a auto-governança foi marcada por lutas prolongadas pela independência, que podem ter estabelecido precedentes para conflitos e golpes subsequentes. Assim, o passado colonial não pode ser ignorado ao analisar as razões para a prevalência de golpes de estado em muitos países africanos no século XXI.

A análise quantitativa das ex-colônias africanas evidência que a maioria dos golpes de estado, cerca de 58,82%, ocorreu em países que foram colônias da França. A presença significativa de golpes de estado nas ex-colônias francesas pode ser atribuída a várias razões discutidas na literatura, incluindo a política de assimilação, que pode ter imposto estruturas de governança e práticas políticas inadequadas para as realidades locais, e a continuidade das relações neocoloniais, que muitas vezes influenciaram as dinâmicas políticas pós-independência.

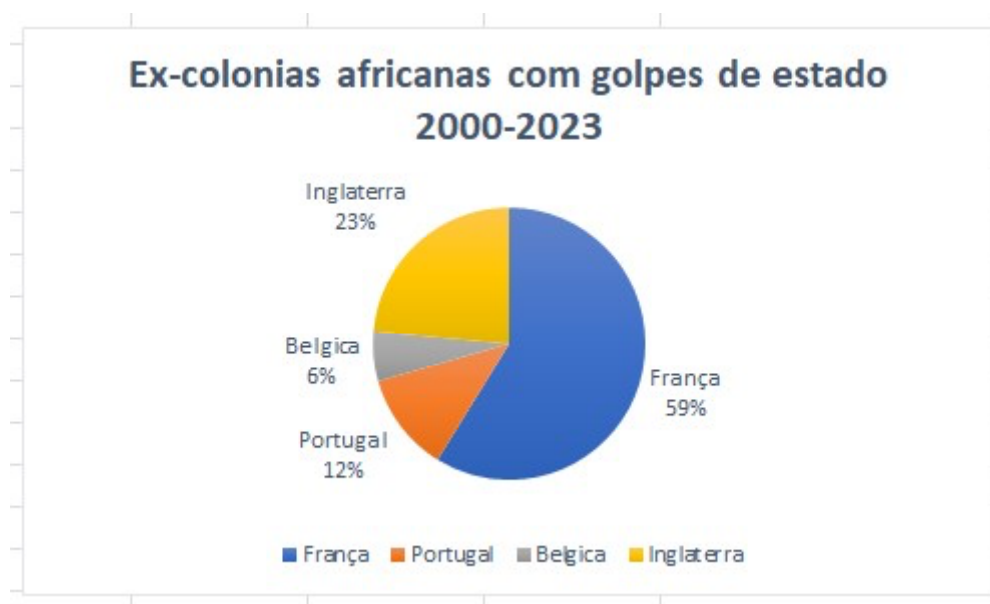


Figura 2 – Ex-colônias africanas com Golpes de Estado na África 2000-2023

FONTE: Dados da Pesquisa (2024)

Os dados mostram também que as ex-colônias portuguesas constituem aproximadamente 23,54% dos casos, o que poderia ser reflexo das lutas de independência tardias e turbulentas dessas nações, muitas vezes seguidas por governos frágeis e conflitos internos. Isso é consistente com a literatura que aponta para os desafios de transição para a independência e a subsequente instabilidade como fatores preponderantes para golpes. A proporção menor de golpes de estado em ex-colônias belgas e britânicas, com 5,88% e 11,76% respectivamente, pode indicar variações nos legados administrativos e nas abordagens de transição para a auto governança, que, conforme alguns estudos, podem ter promovido uma maior estabilidade institucional ou, ao menos, uma diferente trajetória de conflitos políticos.

Considerando essas porcentagens e o contexto histórico, é importante refletir sobre como as práticas coloniais e as políticas pós-independência têm moldado as estruturas de poder e liderança nos países africanos. Os pesquisadores destacam que os estilos de governança impostos durante o período colonial podem não ter se alinhado com as complexidades sociopolíticas internas e que as pressões neocoloniais continuam a afetar a política interna. Portanto, a prevalência de golpes de estado na África no século XXI pode ser compreendida como um legado das políticas de descolonização e da influência contínua das ex-potências coloniais, reforçando a necessidade de abordagens mais contextualizadas e internamente focadas para a estabilidade política e o desenvolvimento.

CAPÍTULO 5: CASOS DESTACADOS

Este capítulo apresenta uma visão geral dos golpes de estado mais impactantes ao longo do século XXI no continente africano: Burkina Faso em 2022, Guiné-Bissau em 2012 e Mali em 2021. Cada um desses eventos tumultuados é um reflexo das complexas dinâmicas políticas, sociais e econômicas que moldam o continente africano.

Burkina Faso em 2022, teve dois golpes de estado num período de oito meses, marcando um retrocesso para o país que havia experimentado recentes avanços democráticos após décadas de regimes autoritários. Na Guiné-Bissau, o golpe de 2012 interrompeu um ciclo instável de governança democrática, aprofundando as divisões políticas e sociais já existentes. Enquanto isso, o golpe de 2021 no Mali ocorreu em meio a uma crise prolongada de insegurança e instabilidade política, desencadeando preocupações regionais e internacionais sobre o futuro da estabilidade na região do Sahel.

5.1. Burkina Faso 2022

Burkina Faso tem um histórico de instabilidade política e golpes de estado desde que conquistou a independência da França em 1960. Em 2022, Burkina Faso enfrentou dois golpes de estado em um curto espaço de tempo. O primeiro golpe ocorreu em janeiro de 2022, liderado pelo tenente-coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba, que depôs o presidente interino Roch Marc Christian Kaboré.

Logo depois, em setembro de 2022, ocorreu um segundo golpe de estado, onde o presidente Sandaogo Damiba foi deposto pelo capitão Ibrahim Traore, que assumiu o poder como líder da junta militar da transição. Esses golpes tumultuaram a política e a estabilidade de Burkina Faso, gerando preocupações tanto internas quanto externas sobre o futuro do país.

Os motivos dos líderes do golpe alegavam que estavam a agir no melhor interesse do país e do seu povo, com o objetivo de restaurar a segurança, combater a corrupção e resolver as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Burkina Faso. Os militares acusaram o governo de não conseguir enfrentar a crescente ameaça do terrorismo e criticaram a falta de progressos em questões fundamentais.

O golpe no Burkina Faso suscitou a condenação da comunidade internacional, com apelos a um rápido regresso ao regime civil e ao respeito pelas normas democráticas. Organizações regionais como a União Africana e a Comunidade Económica dos Estados

da África Ocidental (CEDEAO) impuseram sanções ao país e pressionaram os militares para restaurar a liderança civil.

Em Burkina Faso, a desigualdade é evidente em várias esferas da vida, incluindo acesso desigual a recursos como terra e água, bem como oportunidades limitadas de educação e emprego. A distribuição desigual de terras, por exemplo, perpetua um ciclo de pobreza entre os agricultores subsistentes, enquanto a falta de investimento em infraestrutura básica em áreas rurais limita o acesso a serviços essenciais.

A pobreza, por sua vez, é generalizada em Burkina Faso, com uma grande parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional. As famílias enfrentam dificuldades para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia e cuidados de saúde. A pobreza extrema também é exacerbada por crises recorrentes, como secas e conflitos armados, que afetam negativamente a segurança alimentar e a estabilidade econômica.

Os impactos da desigualdade e da pobreza em Burkina Faso são profundos e multifacetados. A falta de acesso a serviços de saúde de qualidade contribui para altas taxas de mortalidade infantil e materna, enquanto a escassez de oportunidades educacionais perpetua o ciclo de pobreza intergeracional. Além disso, a desigualdade de gênero limita o empoderamento das mulheres e perpetua disparidades socioeconômicas.

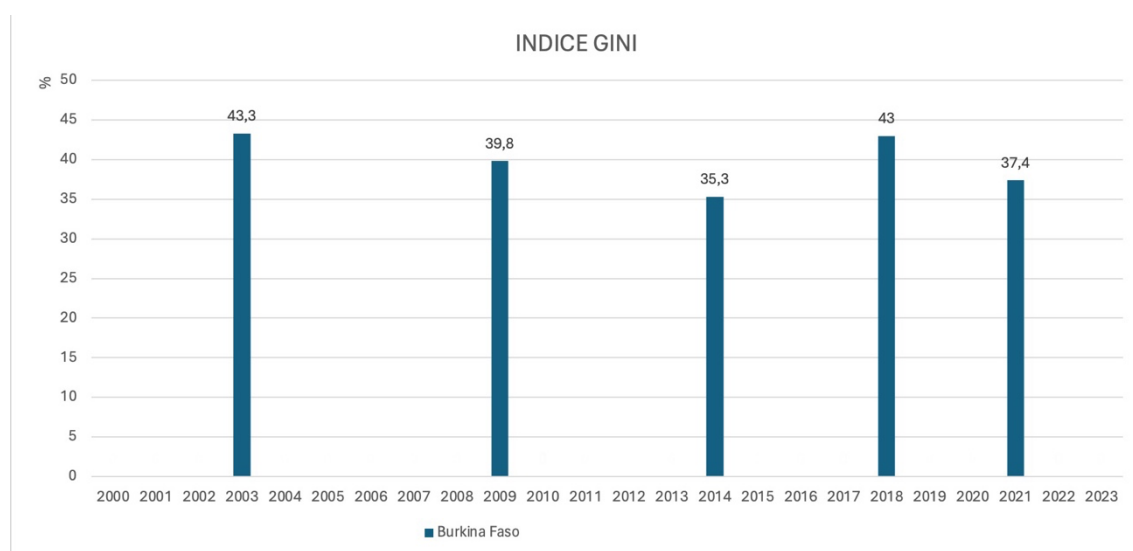


Figura 3: Índice Gini Burkina Faso 2000-2023

Fonte: Banco Mundial

Em 2003, o índice de Gini foi de 43,3%, indicando alta desigualdade na distribuição de renda. Em 2009, o índice de Gini caiu para 35,3%, sugerindo uma queda na desigualdade. No entanto, em 2018, o índice de Gini voltou a subir para 43%, indicando um retorno a níveis mais altos de desigualdade. No ano de 2021, o índice de Gini foi de 37,4%, mostrando uma queda na desigualdade a partir de 2018, mas ainda acima do patamar de 2009.

Além disso, é crucial abordar as causas estruturais da desigualdade, incluindo a reforma agrária para garantir o acesso equitativo à terra e o empoderamento das mulheres através de políticas que promovam a igualdade de gênero. A educação também desempenha um papel fundamental na redução da pobreza e da desigualdade, e investimentos significativos devem ser feitos para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

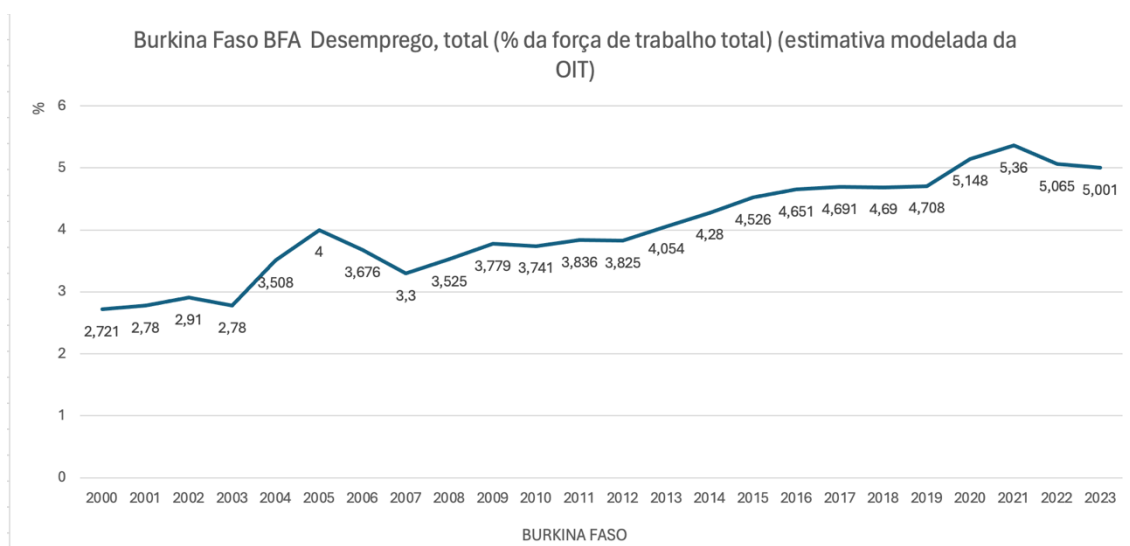


Figura 4: Desemprego, total (% da força de trabalho)

Fonte: Banco Mundial

A situação do desemprego em Burkina Faso apresenta um quadro desafiador e persistente, refletindo uma realidade socioeconômica complexa. Entre os anos de 2019 e 2021, observou-se uma diminuição gradual, porém marginal, nos níveis de desemprego no país. No entanto, mesmo com essa ligeira queda, os números permanecem alarmantes, indicando uma profunda necessidade de intervenções eficazes para enfrentar esse problema.

Em 2019, o país registrou uma taxa de desemprego extremamente alta, atingindo a preocupante marca de 4,69%. Esse número, por si só, evidencia as dificuldades enfrentadas pela população em encontrar oportunidades de trabalho dignas e sustentáveis.

No entanto, a melhoria foi mínima, e em 2021, o país ainda enfrentava uma taxa de desemprego alarmante, com 5,36% da população economicamente ativa sem trabalho. Esse cenário tem consequências devastadoras não apenas para a estabilidade econômica do país, mas também para o bem-estar social e a coesão comunitária. O desemprego em Burkina Faso não é apenas uma questão de falta de renda, mas também está ligado a uma série de outros problemas, como pobreza, desigualdade, instabilidade social e até mesmo conflitos.

Para enfrentar esse desafio, são necessárias medidas abrangentes que abordem não apenas a criação de empregos, mas também a capacitação da força de trabalho, o estímulo ao empreendedorismo, o investimento em infraestrutura, a promoção de políticas inclusivas e a estabilidade política. Além disso, é crucial considerar as especificidades regionais e locais ao desenvolver estratégias de combate ao desemprego, levando em conta as diferentes necessidades e contextos das comunidades em todo o país.

5.2. Guiné-Bissau 2012

Em abril de 2012, a Guiné-Bissau sofreu um golpe de Estado que desestabilizou ainda mais o frágil cenário político do país. Os militares tomaram o poder poucas semanas antes da segunda volta das eleições presidenciais, perturbando o processo democrático e mergulhando a nação na incerteza. O golpe foi impulsionado principalmente por tensões políticas de longa data, corrupção e desafios econômicos, exacerbados pela influência dos militares na política do país.

A comunidade internacional condenou amplamente o golpe, apelando a um rápido regresso à ordem constitucional e à governação democrática. Os acontecimentos na Guiné-Bissau sublinharam a instabilidade política profundamente enraizada e as fraquezas institucionais que o país enfrenta, dificultando o seu desenvolvimento e o progresso democrático. O rescaldo do golpe de estado assistiu a um período de transição e incerteza política, à medida que o país lutava com as repercussões da intervenção militar e se esforçava por reconstruir as suas instituições democráticas no meio de desafios persistentes.

A desigualdade na Guiné-Bissau está profundamente enraizada nas disparidades sociais e económicas, exacerbando os níveis de pobreza do país. A distribuição da riqueza é altamente desigual, com uma pequena elite a beneficiar de ligações políticas e do controlo sobre recursos essenciais, enquanto a maioria da população luta para satisfazer as suas necessidades básicas. Esta distribuição desigual de recursos perpetuou um ciclo de pobreza, limitando o acesso à educação de qualidade, aos cuidados de saúde e às oportunidades económicas para muitos guineenses.

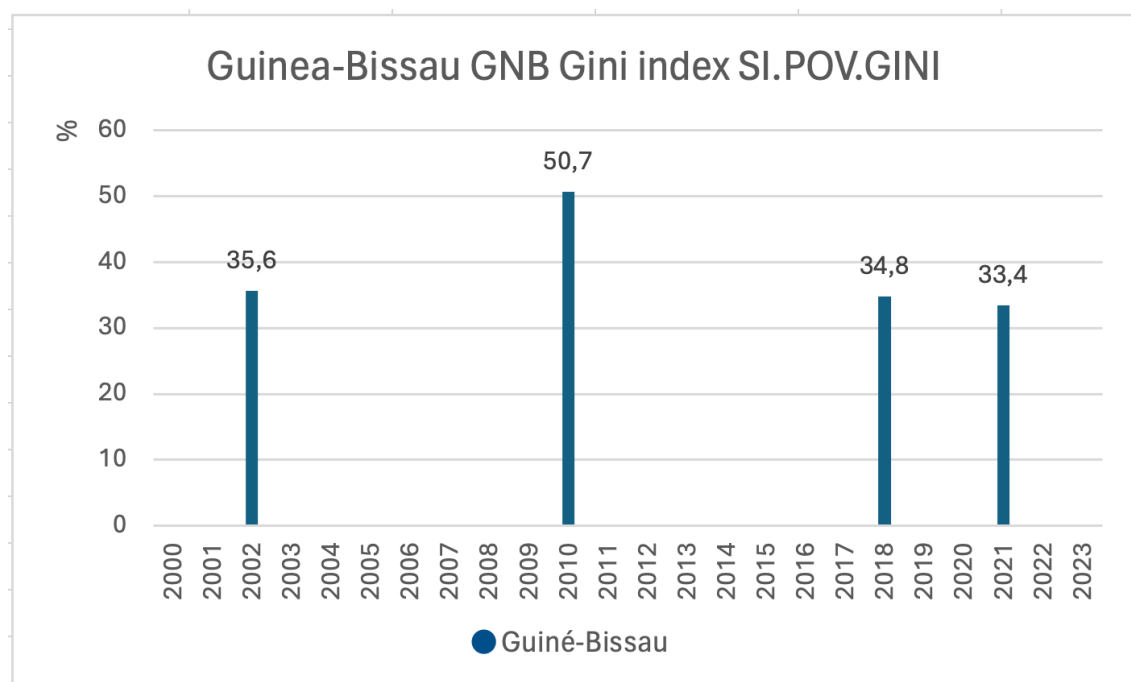


Figura 5: Índice Gini Guiné-Bissau

Fonte: Banco Mundial

Em 2002, o Índice Gini era de 35,7%. Isso indica uma certa desigualdade na distribuição de renda na Guiné-Bissau, mas não tão alta. Em 2010, houve um aumento significativo para 50,7%. Esse aumento indica uma piora na desigualdade de renda, sugerindo que uma porcentagem maior da renda do país estava concentrada em uma pequena parte da população.

Nos anos seguintes ao golpe de estado, houve uma queda significativa no Índice Gini do país. Em 2018, caiu para 34,8%, indicando uma redução na desigualdade de renda em comparação com 2010. Essa queda pode ser resultado de mudanças na política econômica, programas sociais ou outras intervenções que afetaram a distribuição de

renda. Por último, em 2021, o Índice Gini continuou caindo, atingindo 33,4%, isso sugere uma tendência contínua de redução na desigualdade de renda na Guiné-Bissau.

A pobreza na Guiné-Bissau é generalizada, com uma parte significativa da população a viver abaixo do limiar da pobreza. Os elevados níveis de desemprego, a baixa produtividade agrícola e as infraestruturas inadequadas agravaram ainda mais a pobreza no país. A falta de serviços sociais e de redes de segurança agrava a vulnerabilidade das populações marginalizadas, perpetuando um ciclo de privação e dificultando o desenvolvimento sustentável.

O golpe de Estado de 2012 na Guiné-Bissau foi um reflexo da instabilidade política mais ampla alimentada por estas desigualdades e pela pobreza. A intervenção militar perturbou o processo democrático e as estruturas de governação, desestabilizando ainda mais o frágil cenário político do país. O golpe sublinhou as profundas lutas pelo poder, a falta de responsabilização e as falhas de governação que caracterizaram o sistema político da Guiné-Bissau, perpetuando um ciclo de instabilidade e minando os esforços para abordar as causas profundas da pobreza e da desigualdade.

O rescaldo do golpe provocou um período de elevada incerteza política e desafios económicos na Guiné-Bissau. A condenação e as sanções internacionais isolaram ainda mais o país, exacerbando os seus problemas económicos e aprofundando o impacto da pobreza na população. O governo de transição lutou para restaurar a estabilidade e a legitimidade, enfrentando obstáculos na reconstrução das instituições democráticas e na abordagem das causas subjacentes da desigualdade e da pobreza.

5.3. Mali 2020

O Golpe de Estado no Mali, ocorrido em agosto de 2020, foi um acontecimento que abalou tanto a nação africana como a comunidade internacional. Este acontecimento, liderado por oficiais militares de alta patente, derrubou o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta e o seu governo, gerando uma série de repercussões políticas e sociais no país e além das suas fronteiras. Para compreender as motivações deste golpe, é crucial examinar o contexto político e social em que foi criado.

O Mali, um país com uma história marcada pela instabilidade política e pela luta contra o terrorismo, enfrentou uma série de desafios antes do golpe. A corrupção generalizada, a falta de desenvolvimento económico em muitas regiões e a incapacidade do governo de responder eficazmente às preocupações da população foram problemas

persistentes que alimentaram o descontentamento popular. Além disso, a crescente presença e atividade de grupos terroristas no norte do país, como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, exacerbou a insegurança e a crise humanitária na região.

O governo de Keïta, embora inicialmente recebesse apoio popular e apoio internacional, enfrentou críticas crescentes pela forma como lidou com estes desafios. A percepção de incompetência e falta de vontade para resolver os problemas prementes do país minou a confiança na liderança do presidente. Os protestos de rua, liderados por uma coligação de líderes da oposição e grupos civis, exigiram reformas políticas, a demissão do presidente e a dissolução do parlamento, numa tentativa de restaurar a estabilidade e a democracia no Mali.

Neste contexto de agitação social e política, os militares do Mali, liderados pelo então Coronel Assimi Goïta, justificaram a sua intervenção como um ato necessário para preservar a unidade nacional e restaurar a ordem no país. Na sua declaração após o golpe, os líderes militares citaram a corrupção desenfreada, a má gestão do governo e a incapacidade do governo de garantir a segurança e o bem-estar do povo do Mali como razões principais para a sua ação.

No entanto, embora alguns sectores da população maliana tenham inicialmente saudado o golpe com esperança de uma mudança positiva, outros manifestaram preocupação com o regresso ao regime militar e com a deterioração da democracia no país.

A reação da comunidade internacional ao golpe de estado no Mali em 2020 foi imediata e contundente. Diversos países e organizações internacionais condenaram veementemente a tomada do poder pelos militares, exigindo a restauração da ordem constitucional e ameaçando impor sanções contra os líderes golpistas. A União Africana, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e as Nações Unidas foram algumas das entidades que se manifestaram contra o golpe e buscaram mediar uma solução para a crise política no país.

CONCLUSÃO

A frequência dos golpes de estado na África concretamente em Burkina Faso, Guiné-Bissau e Mali no século XXI revela uma complexa interseção de fatores políticos, econômicos e sociais que desafiam a estabilidade e a governança eficaz. Esta pesquisa detalhou como a fragilidade institucional, a corrupção, as disparidades econômicas e sociais, assim como a interferência externa, contribuem significativamente para a vulnerabilidade desses países aos golpes de estado. Ademais, a análise destacou como as consequências desses golpes transcendem a simples mudança de lideranças, afetando profundamente o desenvolvimento econômico, a coesão social e as relações internacionais.

Os estudos de caso dos três países escolhidos ilustram não apenas a diversidade das causas subjacentes aos golpes, mas também a variedade de desafios enfrentados na subsequente reconstrução política e social. Em Burkina Faso, a instabilidade política crônica tem sido exacerbada por desafios de segurança e insurreições. Em Guiné-Bissau, a influência de tráfico ilícito e a corrupção política têm erodido continuamente a governança e a ordem legal. Em Mali, conflitos étnicos e a presença de grupos extremistas têm desafiado a autoridade central e fragmentado a sociedade. Em todos esses contextos, a falha em estabelecer governos legítimos, transparentes e responsivos alimenta um ciclo contínuo de instabilidade e golpes.

A recorrência de golpes em tais contextos sugere uma necessidade urgente de reformas políticas e econômicas profundas, bem como de um compromisso renovado com a construção de instituições fortes e resilientes. Isso implica não apenas mudanças internas, mas também uma abordagem coordenada por parte da comunidade internacional para apoiar processos de paz e desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional deve ser sensível às dinâmicas locais e focada no longo prazo, evitando soluções que apenas mascaram as tensões subjacentes.

A reação da comunidade internacional diante dos golpes de estado nestes países africanos foi variada. Enquanto alguns países condenaram veementemente as intervenções militares e exigiram a restauração da ordem constitucional, outros adotaram uma postura mais cautelosa, buscando mediar o conflito e evitar uma escalada da violência. Organizações regionais como a União Africana também se pronunciaram sobre os golpes, destacando a importância do respeito à democracia e aos direitos humanos.

As semelhanças e diferenças entre os golpes de estado ocorridos em Burkina Faso, Mali e Guiné-Bissau são reveladoras das particularidades históricas e culturais de cada país. Enquanto em Burkina Faso o golpe foi motivado pela longa permanência no poder de um líder autoritário, chegando a ter dois golpes de estado num período de oito meses pela insegurança e a fragilidade das instituições, no Mali com um caso similar ao de Burkina Faso com dois golpes de estado num período curto, ele foi resultado da fragmentação política do país e da presença crescente de grupos rebeldes. Já na Guiné-Bissau, o golpe refletiu as tensões internas entre diferentes facções políticas e militares.

Em suma, os golpes de estado na África representam momentos críticos na história recente dos países africanos. As causas complexas que levaram aos golpes refletem desafios estruturais profundos relacionados à governança democrática, à segurança nacional e ao desenvolvimento socioeconômico. As consequências desses eventos serão sentidas por muitos anos ainda, moldando o futuro político dessas nações africanas enquanto enfrentam desafios internos e externos significativos.

REFERÊNCIAS

África: por que tantos golpes e instabilidade? Disponível em:

<https://www.headline.com.br/africa-por-que-tantos-golpes-e-instabilidade-892b2f15>

Último acesso: 23/03/2024

BIJAGÓ, Vagner Gomes. Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

BOLARINWA, Joshua O. RESSURGIMENTO DE GOLPES MILITARES EM ÁFRICA: A UNIÃO AFRICANA E AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS PODEMOS DEFENDER E CONSOLIDAR A DEMOCRACIA? Revista Brasileira de Estudos Africanos | Porto Alegre| v. 8, n. 16, p. 10-38, 2023.

BULLEJOS, David Nieves. Mali: do golpe de Estado às eleições presidenciais. Revista "Cuadernos Manuel Giménez Abad" , n. 5, p. 180-185, 2013.

CÂMERA, Seca. Golpe de Estado na África Ocidental. NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, [S. l.], v. 3, n. Especial II, p. 322–324, 2023. Disponível em: <https://testerevistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1515>.

CIFUENTES, Ana Nuñez. Mali, um novo golpe de Estado: entre a ausência de soberania nacional e a competição pelo poder. bie3: Boletim IEEE , n. 20, p. 238-249, 2020.

COLIER, Paulo. Segurança em África: o que sugerem as estatísticas. Artigos de Assuntos Internacionais , v. 96, p. 55-64, 2007.

CORRAL, Alfonso; GARCÍA-ORTEGA, Carmela; FERNÁNDEZ ROMERO, Cayetano. ¿Revolución o golpe de Estado? El relato sobre el cambio sociopolítico egipcio en la prensa española (2011-2013). História y comunicación social, v. 26, n. 2, 2021.

CORRÊA, Domingos Sávio; LUEDEMANN, Marta da Silveira. Revolução Colorida e Golpe de Estado no Brasil. Geosul , v. 38, n. 86, p. 242-260, 2023.

Coups in África. Disponível em: <https://projects.voanews.com/african-coups/> último acesso: 24/03/2024

DE CARVALHO, Apolinário Mendes. “Realidades, Políticas, Sociais e Económicas: Guiné-Bissau” Lisboa, 2009.

DIAS, Carlos Manuel. Golpes de Estado em África e militarização de dois regimes. JANUS 2010-Meio Século de Independências Africanas , p. 142-143, 2010.

FELIU, Laura et al. As Políticas de Promoção dos Direitos Humanos dos Estados Unidos e da França. O caso dos golpes de Estado em Marrocos. Jornal de Estudos Mediterrânicos Internacionais , n. 14, 2013.

GARCÍA, Raquel Ojeda. Análisis de las elecciones legislativas en Mauritania tras el golpe de estado de 2005. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, p. 191-214, 2009.

GIRÃO DE SOUSA, Miguel. Guiné-Bissau: O Golpe Militar de 12 de abril e a Necessidade da Reforma do Sector de Segurança. In *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.º 8 (2013).

JAUARÁ, Manuel. Qual é o modelo de Estado para África? São Paulo. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301277005_ARQUIVOQual_o_Modelo_de_Estado_para_Africa.pdf. Consultado em , v. 17, p. 2-10, 2011.

LIMA, Ivaldo Marciano França. SELVAS, POVOS PRIMITIVOS, DOENÇAS, FOME, GUERRAS E CAOS: A ÁFRICA NO CINEMA, HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E NOS JORNAIS. *África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, v. 1, n. 1, 2014.

MORAIS, Maria Perla Araújo. UM GOLPE DE ESTADO CONTRA O ANTIGAMENTE: A VELHICE EM A VARANDA DO FRANGIPANI, DE MIA COUTO. *Revista Língua&Literatura*, v. 18, n. 32, p. 40-63, 2016.

MORENO, Alberto Pérez. Mauritânia: entre golpes de Estado e petróleo. *Estratégia Global: Revista de Relações Internacionais, Economia, Defesa e Tecnologia* , n. 12, p. 71-73, 2005.

NANFUNA, João. União Binacional: uma análise do impacto do Golpe de Estado de 1980 na estrutura do Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). 2023. UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA.

NIETO, Pedro E. Rivas. El golpe de Estado como forma de intervención política. Mauritania, orden y desorden en el verano de 2005. *Sphera Pública*, n. 6, p. 161-178, 2006.

NZAMBA, Lucien. Golpes militares em África, um regresso a si mesmo? *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE* , v. 14, n. 2 P. 100-100, 2023.

OKON, Enoque Ndem. PORQUE OS GOLPE MILITARES ESTÃO DE VOLTA À ÁFRICA. *Revista Brasileira de Estudos Africanos = Revista Brasileira de Estudos Africanos* , v. 7, n. 14, 2022.

PAIM, Márcio Luis. Pan-africanismo: aspectos políticos, liberdade africana e eliminação da unidade panafricana por golpes de estado e assassinatos políticos. *Revista Convergência Crítica* , n. 8, 2015.

PAIM, Márcio Luis. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado Pan-africanismo: política, libertação e vigilância do Estado Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem* , v. 7, n. 1 p. 207-229, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: uma contrarreforma do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. Revista online HISTEDBR , v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016.

RIOS, Facundo Federico. Golpe de Estado no Níger 2023: acontecimento crucial na geopolítica da África Ocidental. Perspectivas , v. 9, n. 9, 2023.

RIOS, Facundo Federico. Golpe de Estado no Níger 2023: acontecimento decisivo na geopolítica da África Ocidental Golpe de Estado no Níger 2023: acontecimento decisivo na geopolítica da África Ocidental. INICIAÇÃO NA PESQUISA , ano. 5, n. 9, p. 81-96, 2023.

ROBERT, Anne-Cécile. As causas da sucessão de golpes de Estado na África Ocidental: Mali, Burkina Faso, Guiné, Níger. Le Monde diplomatique em espanhol , n. 335, p. 8-9, 2023.

SANTOS, Vanicléia Silva. Memória do primeiro golpe do Estado de Gana: Meu primeiro golpe do Estado e outras histórias reais das décadas perdidas da África John Dramani Mahama Geração, 2014. Relac. int., La Plata, v. 26, n. 52, p. 210-213, jun. 2017. Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-27662017000100013&lng=es&nrm=iso>.

SIMMS, Kiango D. Mali: dois golpes de Estado num contexto de insegurança regional. Anuário de Relações Internacionais do IRI , v. 2021, 2021.

TORRES, Adelino. África: meio século de independência. JANUS 2010-Meio Século de Independências Africanas , p. 156-157, 2010.

WABGOU, Maguemati. Persistência de golpes de Estado em África: o caso da Guiné Conacri. CON| HISTÓRIAS do Sul , n. 7, p. 27-44, 2010.

Yarisse, ZOCTIZOUM. História da África Central: 1879-1959: Violência do desenvolvimento, dominação e desigualdades. História da África Central , p. 1-300, 1983.

YARISSE, Zoctizoum. Outro golpe na Nigéria. Estudos Asiáticos e Africanos , v. 21, n. 2 , p. 299-317, 1986.

Yarisse, ZOCTIZOUM; MOLINA, Eduardo. Introdução à África: generalidades e estudos sociais aplicados. Estudos Asiáticos e Africanos , v. 22, não. 2 , p. 175-194, 1987.

ZECA, Emílio J. África Ocidental: Histórico de Golpes de Estado, Instabilidade Política e Paz Precária. REVISTA CIENTÍFICA DO ISCTAC, v. 3, n. 7, 2017.